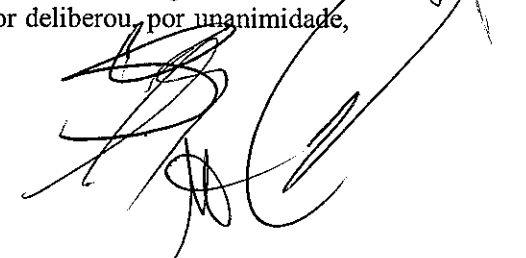
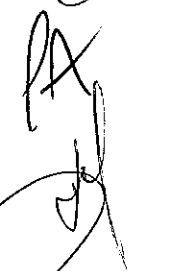


ATA DA 145ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2008/2010

Aos dezoito dias do mês de junho do ano dois mil e nove, na sala de reuniões da Rua Boa Vista, nº 103, 7º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência da Senhora Defensora Pública-Geral do Estado, Cristina Guelfi Gonçalves. Presentes os (as) Conselheiros (as) Pedro Antonio de Avellar, Julio Cesar Tanone, Davi Eduardo Depiné Filho, Tiago Fensterseifer, Mônica de Melo, Luciano Alencar Negrão Caserta, Carlos Weis, Fernando Roberto Faria, Denise Nakano Veronezi. Ausentes justificadamente a Conselheira Luciana Jordão da Motta Armiliato de Carvalho, Elaine Moraes Ruas Souza e o Conselheiro Willian Fernandes. Deu-se início aos trabalhos às 09h30min horas. A Presidente deu início à Cerimônia de Posse do Conselheiro José Luis de Almeida Simão, em razão do pedido licença-maternidade da Conselheira Luciana Jordão da Motta Armiliato de Carvalho. A Presidente abriu a palavra ao empossado que manifestou sua satisfação pela oportunidade. Os Conselheiros desejaram boas-vindas ao novo membro. A Presidente encaminhou inversão à ordem dos trabalhos para iniciar pelo momento aberto. Aprovada. Abriu a palavra aos inscritos. Dr. Paulo Mauricio, candidato ao III concurso de ingresso na carreira de Defensor Público, fez sustentação oral dos seus recursos. O Defensor Público Guilherme Piccina, da Regional Sul, pleiteou mais Defensores Públicos para as Unidades desta Regional, tendo em vista as dificuldades para cumprir todas as obrigações estabelecidas no ato da Segunda Subdefensoria. O Conselheiro Davi manifestou-se sobre o ato. Informou que não há que se falar em descentralização enquanto não houver estrutura nas regionais. A Presidente falou sobre o sistema padrão imposto e manifestou-se sobre a desejável informatização do atendimento e descentralização. Solicitou a colaboração dos colegas. O Conselheiro Luciano lembrou que o Primeiro Subdefensor Público-Geral encaminhou aos coordenadores a minuta do ato aos coordenadores, a fim de que se manifestem a respeito e encaminhem sugestões. A Defensora Pública Juliana Garcia Belloque, Presidente da Apadep entregou aos conselheiros um requerimento da Associação para alteração nos processos de estágio probatório. Informou a posição contrária ao procedimento de convidar Defensor Público em estágio probatório nas Sessões do Conselho Superior para prestar esclarecimentos. Solicitou que o procedimento só seja em último caso, visto que é o órgão máximo de deliberação da carreira. Manifestou-se sobre a falta de estrutura da sala para garantir sigilo ao Defensor Público. Entende que é uma situação vexatória para o defensor convidado. O Conselheiro Carlos Weis manifestou-se sobre o pleito da Presidente da Apadep e informou que só convidam Defensores Públicos em estágio probatório para as Sessões do Conselho Superior em situações em que acham estritamente necessário. Sugeriu que o procedimento continue e colocou-se a disposição para mudar a forma como vem sendo feita a sessão. Passou-se a palavra ao Defensor Público Anísio Vieira Caixeta, da Regional de Osasco que falou sobre o número defasado de Estagiários de Direito na Regional. Solicitou empenho e urgência no feito do IV Concurso de Estagiários. Solicitou que o Sistema SIA seja instalado rapidamente nesta, a fim de que a qualidade de serviço não seja comprometida. A Presidente informou que as regionais que tem a estrutura adequada irão receber o sistema mais rápido. Passou-se a palavra ao Defensor Público Matheus de Oliveira Moro, da Regional de Santos, que veio ao Conselho pleitear mais Defensores Públicos na Unidade de São Vicente para a Unidade Cível. Manifestou-se sobre as atividades dos Coordenadores da VEC. Informou que fará um pedido formal ao Conselho Superior para alterar a deliberação. A Presidente informou que firmou o compromisso de trazer a discussão ao Conselho Superior e ampla discussão a carreira para opiniões da disposição dos 100 novos cargos quando forem abertos. Não havendo mais inscritos, passou-se às Comunicações da Presidência. A Presidente informou que os projetos de lei da Defensoria Pública foram amplamente discutidos no decorrer deste ano, que foram encaminhados juntos até a semana passada quando receberam a notícia de que o projeto para novos cargos seria encaminhado e o de remuneração não. Informou que o projeto de remuneração foi simulado, projetado na Secretaria do Planejamento baseadas na remuneração da Magistratura e na Procuradoria Geral do Estado. Destacou que desde o início

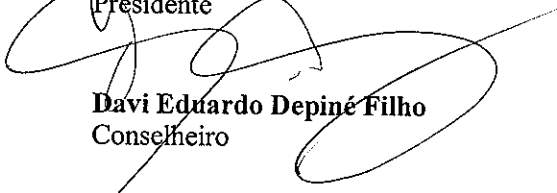
apontaram a utilização do FAJ e a alteração do modelo de convênios. Informou que foram apresentados os argumentos e a demonstração de números e gastos com convênios foram apresentadas também aos Coordenadores e no Conselho Superior. Informou que a criação dos 100 cargos vai ser importante para o equilíbrio das contas e a continuidade do pagamento dos salários e gratificações. Informou que o foco agora é a aprovação do projeto dos 100 cargos na Assembléia Legislativa. Informou a possibilidade de apresentar nova emenda. Informou que na ultima reunião com o Governador do Estado houve a tentativa de ao menos eliminar o nível substituto para que os Defensores Públicos já entrassem na carreira com salário melhor, mas nem isso foi possível. Informou que o Governador deixou claro que o projeto de remuneração não será encaminhado neste momento. Informou que nenhuma categoria receberá aumento. Informou que o segundo semestre haverá aumento da pressão para este projeto, mas que a prioridade agora é a aprovação, na assembléia, do projeto de cargos. A Presidente abriu a palavra aos presentes. Dr. Guilherme Piccina manifestou sua preocupação sobre a utilização do FAJ. A Presidente justificou que na Defensoria Pública há uma situação peculiar no uso do FAJ para pagamento de remuneração. O Conselheiro Davi informou que apesar do salário menor com relação aos outros Estados, a Defensoria de São Paulo tem uma estrutura melhor graças ao FAJ. O Defensor Público Matheus solicitou os números de utilização do FAJ com relação a 2008. Informou que hoje haverá Assembléia Geral da Apadep e precisa de uma posição melhor da Administração Superior para que discutam melhor na oportunidade. Informou que há Defensores Públicos falando em greve. Sugeriu que haja aumento nas gratificações para amenizar a situação da remuneração. A Presidente informou que caso não haja aprovação do projeto de remuneração a Administração Superior irá repensar e tomar novas medidas. O Conselheiro Davi informou que agora não é o momento para discutir gratificação. A Presidente passou a palavra ao Primeiro Subdefensor Público-Geral para prestar esclarecimentos dos números do orçamento da instituição, em 2007 e 2008. Dr. Vitore André Zílio Maximiano informou que o FAJ de 2009 é monitorado mês a mês e que, até o momento, não houve queda de arrecadação do FAJ, independente do cenário do país, que é de queda. Quanto ao orçamento de 2010, informou que até julho será apresentado ao Conselho Superior. Informou que haverá a projeção de 100 novos Defensores Públicos e quadro de apoio. Destacou a necessidade de no mínimo mais 100 Defensores Públicos para estabilizar a situação da Instituição e demonstrar que o modelo público é mais viável do que modelo convênios. Informou que a diferença que sobrou do orçamento foi investida em infra-estrutura e informatização. Informou que os dados do tesouro continuam estáveis. Informou que provavelmente o ano de 2009 fechará com déficit. Informou que o déficit de 2009 se equilibre em 2010 com os 100 novos defensores. Informou que as projeções indicam que há esta possibilidade. No tocante a gastos com pessoal, informou que a dificuldade é assumir compromissos fora do alcance do orçamento. Informou que a projeção de orçamento contará com a possibilidade de novos incrementos, caso não o projeto de remuneração não seja aprovado pelo Governo. Informou que não há base legal para instituição da verba de representação. Prestou informações sobre o Mandado de Segurança impetrado pela OAB. Informou que o aumento real não foi judicializado. A Conselheira Mônica questionou se não seria melhor já discutir a gratificação para incluir no orçamento de 2010. O Defensor Público Leandro questionou o valor de uma unidade móvel. Dr. Vitore informou que em média seria R\$ 150 mil por ano. O Defensor Público Rafael questionou o porque de não trazer a discussão das gratificações neste momento tendo em vista o Governo não aprovar o Projeto. O Conselheiro Davi informou que não basta ter o valor, é necessária a previsão orçamentária. A Presidente informou que não há previsão orçamentária para este ano e que instituir este momento não quer dizer que vai haver aumento este ano. Dr. Antonio Maffezoli esclareceu que a proposta orçamentária vai para a assembléia com a previsão de aumentos de salários e que lá é alterada. Sugeriu, como alternativa, estudar no orçamento atual a possibilidade de remanejamento de valores, identificando os gastos que não foram possíveis. Dra. Juliana Belloque manifestou seu receio em se apeguar perante o próximo Governo, instituindo novas gratificações. A Presidente justificou a ausência da Conselheira Elaine, por motivos particulares. O Conselheiro Pedro questionou como o novo Defensor Público vai substituir o advogado da OAB, se em todas as regionais há um número defasado de Defensores


Públicos. Dr. Vitore informou que este esquema será muito bem pensado e planejado. O Defensor Público Menésio, assessor do setor de Convênios informou que seu trabalho no dia a dia, principalmente frente ao Convênio da OAB, verifica que há muito campo para trabalhar, aumentar a qualidade do serviço prestado e a economia, com os novos cargos. Dra. Juliana destacou a possibilidade de extinção do nível substituto. A Presidente informou que a Administração Superior esta pensando em uma emenda para essa extinção. A presidente informou que conversou com o Ministro relator da Adin na oportunidade em que levou a moção de apoio, aprovada pelo Condege. Informou que o Ministro esta bastante sensível à questão. Informou que trataram sobre as intimações das Defensorias Públicas Estaduais no STF e que a posição dele é favorável às Defensorias Estaduais. Informou que na quarta-feira estiveram em reunião com o Sub-Procurador-Geral da República, mais indicado para ocupar o cargo de Procurador-Geral, para tratar sobre a Adin e aproveitaram para estreitar os laços. Informou que tiveram reunião com o Ministro Carlos Brito para tratar de problemas específicos do Núcleo de Segunda Instância, relacionados ao tráfico de drogas. Informou que tiveram reunião com o Deputado Michel Temmer para tratar sobre a PEC e do PLP 28. Informou que participaram da audiência pública sobre a legitimidade das Defensorias em ações civis públicas. Informou que esteve em reunião com o Ministro Marco Aurélio para tratar das Câmaras Especiais no Tribunal de Justiça. Informou que esteve com o Ministro Levandovski para tratar da Adin que discute se as Defensorias Públicas são órgãos do Executivo ou Autônomo. Não havendo mais comunicações por parte da presidência, passou-se a manifestações dos Conselheiros. O Conselheiro Luciano sugeriu que os conselheiros relatores dos recursos tenham 02 dias de afastamento para fazer o voto e apresentar na próxima sessão. A Presidente encaminhou proposta de fazer sessão extraordinária para julgamento dos recursos na quinta-feira, dia 02/07/2009. Aprovada. O Conselheiro Júlio indagou o andamento dos convênios com Universidades. O Defensor Público Antonio Maffezoli sugeriu a abertura de inscrições para escritórios de advocacia, o que eliminaria também o INSS. O Conselheiro Davi informou que esteve em Brasília para participar da Comissão de discussão do Projeto de Reforma do CPP. Não havendo mais manifestações por parte dos Conselheiros, passou-se a ordem do dia. A presidente apresentou a inversão da ordem dos trabalhos. Aprovada da seguinte forma: CSDP nº 1033/09 (excetuado à pauta). Interessado: EDEPE. Assunto: Pedido de Afastamento para participação no Curso de aperfeiçoamento profissional, no período de 15 a 17 de junho de 2009. Relator: Conselheiro Fernando Roberto Faria. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o afastamento dos interessados. CSDP nº 1034/09 (excetuado à pauta). Interessado: EDEPE. Assunto: Pedido de afastamento para participação no "Curso América Latina Hoje", nos dias 04, 09, 17 e 24/06 e 01/07. Relator: Conselheiro Julio Cesar Tanone. O Conselho Superior deliberou, por maioria de votos, nos termos do voto do relator, deferir o afastamento para os dias 24/06/2009 e 01/07/2009, expedindo-se ofício aos Coordenadores das respectivas Regionais. Vencidos os Conselheiros Carlos Weis, Davi Eduardo Depiné Filho e Mônica de Melo. CSDP nº 1036/09 (excetuado à pauta). Interessada: Cássia Zanguetin Michelão. Assunto: Pedido de afastamento para participação no III Encontro de Direitos Humanos da UNESP, a ser realizado nos dias 22 e 23 de junho de 2009. Relatora: Conselheira Monica de Melo. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o afastamento da interessada. CSDP nº 264/09. Interessados: Segunda e Terceira Subdefensorias Públicas-Geral. Assunto: Concurso para Estagiário de Direito específicos e regionalizados. Relator: Conselheiro Julio Cesar Tanone. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, homologar a lista de aprovados no certame, a seguir publicada. CGDP-CEAEP nº 110/07. Interessado: Alessandro Izzo Coria. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Davi Eduardo Depiné Filho. Retirado de pauta. CGDP-CEAEP nº 015/07. Interessada: Thais Helena Costa Nader. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relatora: Conselheira Denise Nakano Veronezi. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP-CEAEP nº 109/07. Interessado: Eduardo Belmudes. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relatora: Conselheira Denise Nakano Veronezi. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade,




nos termos do voto da relatora, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP-CEAEP nº 07/2007 (Excetuado à pauta). Interessada: Fernanda Chammas. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relatora: Conselheira Denise Nakano Veronezi. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP-CEAEP nº 55/2007 (Excetuado à pauta). Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relatora: Conselheira Denise Nakano Veronezi. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP-CEAEP nº 024/07. Interessada: Fernanda Salvador Veiga. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relatora: Conselheira Elaine Moraes Ruas Souza. O Conselho Superior deliberou prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP-CEAEP nº 022/08. Interessada: Mariana Zakia Morosini. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Fernando Roberto Faria. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP-CEAEP nº 075/07. Interessado: Tiago Augusto Bressan Buosi. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Fernando Roberto Faria. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP-CEAEP nº 056/07. Interessada: Ana Carvalho Ferreira Bueno Moraes. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Fernando Roberto Faria. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP-CEAEP nº 053/07. Interessado: Rodolpho Takeshi Arakaki. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Fernando Roberto Faria. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP-CEAEP nº 076/07. Interessada: Flavia Laet Ribeiro de Almeida. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Fernando Roberto Faria. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP-CEAEP nº 189/07. Interessada: Daniela Gabriel. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP-CEAEP nº 014/08. Interessada: Renata Klimke. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP-CEAEP nº 080/07. Interessada: Marcia Rossi Coraini. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relatora: Conselheira Mônica de Melo. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. Não havendo mais processos a serem relatados na ordem do dia, a Senhora Presidente deu por encerrada a sessão. Eu, Andrea Silva Britto, Secretária do Conselho Superior, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo aos dezanove dias do mês de junho do ano de 2009.


Cristina Guelfi Gonçalves
Presidente


Davi Eduardo Depiné Filho
Conselheiro


Carlos Weis
Conselheiro



Denise Nakano Veronezzi
Conselheira



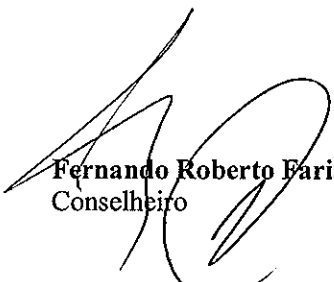
Julio Cesar Tanone
Conselheiro

Tiago Fensterselfer
Conselheiro

José Luiz de Almeida Simão
Conselheiro

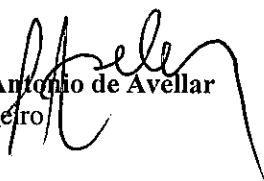


Mônica de Melo
Conselheira



Fernando Roberto Faria
Conselheiro

Luciano Alencar Negrão Caserta
Conselheiro



Pedro Antonio de Avellar
Conselheiro